

Bem público com bom senso

Econ - Brasil

CELSO HANE

25 SET 1988

Não é preciso ser muito bem informado para saber que o País vai mal das pernas. Inflação alta, dívida externa impagável, mercado interno longe de uma reação, poder aquisitivo da população corroído, investimentos retraídos, ciranda financeira em festa. São "virtudes" que não combinam com a idéia de oitava economia do Mundo com que alguns economistas gostam de brindar o Brasil de seus sonhos ou desejos.

Nesta situação de crise, os políticos ultimaram a Constituição, com a qual pretendem construir uma grande nação. O produto final, entretanto, é altamente discutível, pelo menos no que se refere ao modelo econômico. Preocupados com seus redutos eleitorais e com sua sobrevivência política, os Constituintes não puderam dispor do contato com a realidade do dia-a-dia, como é o caso, por exemplo, dos empresários.

Não estamos aqui propondo que os empresários ocupem o lugar dos políticos. Entendemos que a política deve ser exercida justamente pelos políticos, mas com uma visão mais ampla, menos eleitoreira e inteiramente voltada para os interesses do País. Quanto aos empresários, cabelhe, isto sim, ocupar espaços políticos, participando de alguma forma das decisões para as quais muito podem contribuir com sua visão mais realista das coisas, com o conhecimento que adquirem no dia-a-dia, na luta para manter negócios dentro do princípio da lucratividade inerente à livre iniciativa.

Não temos empresários nos partidos políticos, por exemplo, e este é um campo em que deveriam atuar, já que os partidos detêm a capacidade de influir nas decisões governamentais — podem inclusive chegar legitimamente ao poder, pela conquista de maioria legislativa.

Posições políticas também permitiram aos empresários influir positivamente no esforço nacional para o desenvolvimento da economia. Este campo lhes pertence por definição, pois criar riquezas é sua especialida-

de, assim como é sua especialidade desenvolver tecnologia, modernizar a produção, atualizar o parque industrial e até treinar mão-de-obra qualificada, embora para estas atribuições possam contar com a estrutura universitária do País.

Alguns empresários ainda julgam que a solução para a crise que enfrentamos será oferecida pelo Governo. Pura ilusão.

São os empresários que devem tomar a iniciativa para o desenvolvimento do País.

Não se deve pensar em criação de feudos ou em reservas cartoriais. Defender isto é ser mau empresário e, portanto, mau brasileiro.

Entendemos que também cabe aos empresários manter em bom nível o diálogo com os trabalhadores, buscando pontos de concordância, sempre com o objetivo final de viabilizar o desenvolvimento, propiciando maior número de empregos, maior poder aquisitivo e mais justiça social. Felizmente, nesta área temos assistido a contatos entre lideranças empresariais e de trabalhadores que estão preparando as bases daquilo que alguém batizou de pacto social, que seria o esforço das partes envolvidas, cada uma delas cedendo um pouco em benefício do bem comum. Neste assunto, aliás, não temos visto a participação do Estado, seja como Governo, seja como empresário que é, com suas inúmeras e quase sempre deficientes empresas estatais.

A deficiência estatal na administração de empresas leva-nos também ao polêmico tema do déficit público. O Governo tem o mau hábito de resolver seus problemas de caixa pela maneira mais fácil: aumentando tributos. Aos empresários cabe pressionar para que esse costume pernicioso seja mudado. Existem maneiras racionalmente corretas de se equilibrar um orçamento. Eles sabem disso e disso se valem sempre que os balancetes de suas empresas acusam alguma turbulência. Por que não aproveitar sua experiência e instituir medidas e técnicas que resolvam de fato o déficit do setor público?

Nas empresas, se as vendas se retraem, se a situação é crítica, a primeira providência é reduzir custos, cortar gorduras, enxugar aqueles setores dispensáveis e pouco produtivos. No setor público, a gordura está em toda a parte, com o agravante de ser, além de dispensável, improdutiva e altamente custosa ao Tesouro, com sua sede de incentivos e recursos a fundo perdido. E a população, que sustenta esse modelo falido, não vê o retorno a que faz jus pelos impostos que arrecada.

Nas empresas privadas também não existe o clientelismo e o jogo de interesses que subvertem os objetivos da organização. Elas são capazes de planejar seu futuro, pesquisar formas de aumentar a produtividade e somente encontram empecilhos na presença do próprio Governo, com sua excessiva regulamentação, ou ausência de uma política industrial que privilegie a liberdade de empreender e o investimento.

O País está aí, com problemas em todas as áreas: mesmo os superávits comerciais, ultimamente significativos, devem ser encarados com objetividade: devem-se em grande parte à retração das importações e são incentivados justamente para que o País possa honrar os juros da dívida externa, que vêm reduzindo quase que totalmente a capacidade governamental em investir.

Além da política industrial realista e de longo alcance, precisamos de infra-estrutura em transporte, planos para a agropecuária e de uma política social que reverta o espírito de debandada que vem se apossando dos brasileiros.

Apesar de todas as aparências, o País tem jeito. Basta que seja dirigido como convém. A experiência e o sentido de organização dos empresários podem ser pelo menos observados como modelo capaz de indicar saídas.

CELSO HANE é empresário, vice-presidente da Novolit e presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico — Abiplast e do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado de São Paulo — Sindiplast.